

PRIMEIRO DE JANEIRO

28. OUT. 1978

Porto

POVO de GUIMARÃES (O)

Guimarães

SORRAIA (O)

Coruche

BEIRA VOUGA

301 B R A G A

CONSELHO DA EUROPA DISCUTIU PROBLEMAS DE DOCENTES E ALUNOS

Terminaram ontem os trabalhos da reunião sobre a Reforma e o Desenvolvimento do Ensino Terciário na Europa Meridional, efectuados, a partir da última quarta-feira, na sala da Reitoria da Universidade do Minho, seguindo os participantes, após o almoço, para o Porto e, depois, para Coimbra.

Nas comunicações apresentadas, destaca-se a do Prof. Jorge Silva, da Universidade Técnica de Lisboa, e do Dr. Afonso Costa, adjunto do director-geral do Ensino Superior.

Foi feita, em primeiro lugar, uma breve descrição do regime de acesso, desde 1972/73 até aos nossos dias, de forma a permitir o enquadramento do actual sistema e a sua evolução próxima.

Os «numerus clausus» mereceram uma análise crítica de falhada. Foram expostas as razões da sua implantação em Portugal, de entre as quais se salientaram: a degradação pedagógica de várias escolas, motivada pelo excesso de alunos em relação à capacidade, real das mesmas; o excesso de diplomados em alguns sectores do mercado de trabalho; e a necessidade de assegurar o crescimento progressivo e harmónico das novas Universidades.

Enquanto em 1965, por exemplo, o número total de alunos inscritos no Ensino Superior era de 25 607, com 5 356 primeiras inscrições, em 1974 os números eram de 52 405 e de 12 262, respectivamente, e em 1976, 78 420 e 24 193, isto é, em 1976, o número de primeiras inscrições é inferior em apenas cerca de 1 500 alunos ao número total de alunos de 1965.

No debate que se seguiu foi estabelecida comparação com algumas experiências dos países mediterrânicos, com relevo para os casos da Grécia e Turquia, onde se pratica o regime de «numerus clausus» generalizado, com concurso nacional para o acesso, situando-se o número de admissões ao nível dos 20 a 25% do total de candidatos inscritos. Em Itália, onde o sistema de acesso é livre, foi reconhecida, pelo participante italiano, a existência de uma degradação da qualidade dos cursos.

A discussão incluiu, ainda, sobre o carácter permanente ou temporário dos «numerus clausus».

Na opinião de alguns dos participantes, com relevo para o participante sueco, os «numerus clausus» deve ser considerado uma medida de carácter permanente, nomeadamente tendo em vista, não a limitação global do número de estudantes, a admitir, mas a sua mais correcta distribuição, em função da capacidade do sistema e das necessidades do mercado de trabalho.

Tracando uma panorâmica da situação, o secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação ao pronunciar a sua comunicação sobre «A carreira universitária em Portugal», acentuou a gravidade desta situação no que diz respeito ao pouco tempo concedido pelos docentes às universidades, em virtude da necessidade que têm

de recorrer a outros empregos estranhos à docência. Neste sentido, o Prof. Arantes e Oliveira apresentou um gráfico revelador da diminuição real dos vencimentos dos docentes universitários nos últimos anos.

O Prof. Arantes e Oliveira apresentou, em seguida, os pontos fundamentais do projecto de estatuto da carreira docente universitária elaborado pelo MEC (e cuja promulgação vem sendo insistentemente pedida pelas universidades e seus docentes). O projecto mereceu a concordância unânime de todos os presentes, nacionais e estrangeiros, pelos aspectos altamente inovadores e dignificadores que o mesmo encerra.

Mereceram especial destaque, no debate, o apoio às orientações tendentes à criação de melhores condições de trabalho e remuneração, acompanhadas de maior responsabilização dos docentes e da inerente estabilidade de emprego.

Outro aspecto cedor de críticas favoráveis, foi o regime de dedicação integral e exclusiva à Universidade como condição («sine qua non») para a melhoria da qualidade de ensino, investigação e serviço à comunidade por parte das universidades.

Faça às condições do ensino superior em Portugal concluir-se da necessidade da promulgação urgente do projecto de estatuto em causa.

Ao tratar o tema «O problema do emprego dos diplomados em Portugal», o Dr. Silva Pe-

reira, da Direcção-Geral do Ensino Superior, começou por fazer uma análise global da evolução do ritmo de diplomados nos últimos anos e, paralelamente, das actuais dificuldades de emprego sentidas por certa categoria de diplomados.

A caracterização do desemprego de diplomados, detectado através do indicador grupo zero (classificação geral de profissões) parece concluir que, a um período em que a procura de novo emprego era superior à do primeiro emprego, se sucedeu, ultimamente, um outro período cuja tendência é a estabilização na procura de novo emprego e do aumento de procura do primeiro emprego, sendo que esta última tendência resulta do volume anormal de diplomados nos últimos anos e da baixíssima capacidade de absorção do mercado de emprego.

Actualmente, tende-se para uma desmistificação dos diplomas e para uma maior adequação dos diplomados às necessidades reais, através da vocacionalização do Ensino Secundário Complementar (reforço das componentes vocacionais), criação do Ensino Superior de curta duração e perspetivação da educação recorrente, concebida como política educativa e de emprego.

No final, os componentes deste grupo de trabalho do Conselho da Europa discutiram a agenda e a metodologia da próxima reunião, encerrando-se, assim, os trabalhos.